

Bolsão de Atraso

As estatísticas da Unicef mostram o Brasil em posição desconfortável. A oitava economia capitalista apresenta dados econômicos e sociais deprimentes: 47º em renda *per capita*; 65º em mortalidade infantil; 91º em alimentação, saúde e educação, para citar apenas alguns indicadores.

O Brasil não pode, portanto, se conformar com indicadores que o situam em situação desconfortável em relação a Bangladesh, quando se trata de diferença entre a renda *per capita* total e a renda *per capita* dos 40% mais pobres. Nos últimos dezessete anos, os indicadores sociais brasileiros melhoraram, mas a evolução é muito modesta se comparada com a do Produto Interno Bruto.

Entre 1960 e 1987 a taxa de mortalidade infantil para menores de cinco anos cedeu 45%. No mesmo período o índice de mortalidade caiu muito mais no Irã, no Vietnã, em El Salvador, na Tunísia, em Cuba, na Suécia, na Finlândia, no Japão, na França, na Suíça e nos Estados Unidos. Dos países listados pela Unicef, apenas uma nação com PIB superior ao Brasil, a União Soviética, registrou menor avanço em termos de redução da mortalidade infantil, apresentando 43% de queda.

Quase todos os governos se empenharam, de 1960 a esta parte, em melhorar os indicadores, investindo — uns mais outros menos — nos progra

mas sociais. Por que então evoluíram tão pouco os indicadores sobre educação, saúde e alimentação? A resposta está no excesso de burocracia que imobiliza o país.

O presidente Sarney já proclamou a falência do Estado brasileiro. A manutenção dos funcionários públicos em todos os níveis consome 72% do orçamento e 3,2% do PIB e, com tal desperdício de verbas com a ineficiência da burocracia, sobra pouco para investimentos no progresso e na melhoria do bem-estar social. Pior: a própria burocracia faz com que recursos destinados a programas sociais sejam exauridos no longo trajeto entre a liberação da verba e sua utilização final. A manutenção da máquina burocrática que opera com os projetos consome de 20% a 35% dos recursos.

Não é sem motivo que o Brasil vive há praticamente uma década sem aumentar o seu PIB, já ameaçado de ceder o oitavo posto à Espanha. O Estado burocrático teve seus erros encobertos enquanto havia a injeção de recursos externos. Quando o fluxo cessou, em 1982, o Brasil caiu na estagnação e na estagflação, pois a máquina do Estado foi engolindo a reduzida poupança disponível. Conseqüentemente, os programas sociais também teriam de ser prejudicados. A riqueza e a melhoria social só se produzem com o crescimento e a liberdade de empreender.